DELIBERAÇÃO AC02 - G.MJMS - 1818/2015

PROCESSO TC/MS	:	TC/11091/2015
PROTOCOLO	:	1602900
ÓRGÃO	:	DEFENSORIA PUBLICA GERAL DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
ORDENADOR DE DESPESAS	:	PAULO ANDRE DEFANTE
CARGO DO ORDENADOR		DEFENSOR PÚBLICO-GERAL
TIPO DE PROCESSO	:	ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 004/2015
RELATORA CONSELHEIRA	:	MARISA JOAQUINA MONTEIRO SERRANO

I – EMENTA

PROCEDIMENTO LICITATÓRIO. PREGÃO PRESENCIAL. ATA DE REGISTRO DE PREÇOS. LEGALIDADE. REGULARIDADE. SOBRESTAMENTO DOS AUTOS NA INSPETORIA ATÉ O FINAL DA VIGÊNCIA DA ATA.

Cumpridas as determinações contidas na Lei 10.520/02, Lei 8666/93, Lei Complementar 160/2012 e Normas Regimentais desta E. Corte de Contas.

II – RELATÓRIO DA MATÉRIA

Em exame nestes autos a Ata de Registro de Preços n. 003/2015, oriunda do Pregão Presencial n. 004/2015, celebrada pela Defensoria Pública Geral do Estado de Mato Grosso do Sul, tendo por objeto o registro de preços para eventual aquisição de acessórios, periféricos e demais equipamentos de apoio à área de informática e processamento de dados, conforme disposto na Cláusula Primeira (peça 19).

A Ata foi celebrada aos treze dias do mês de maio de 2015, tendo sua validade fixada por 12 (doze) meses, a contar da data de sua assinatura (Cláusula Terceira).

A 6ª Inspetoria de Controle Externo analisou os autos (peça 21) e concluiu:

> "...
>
> 1 – pela regularidade e legalidade do procedimento licitatório e da Ata de

Registro de Preços (1ª FASE), nos termos do Artigo 120, Inciso I, do citado Regimento;

..."

O Ministério Público de Contas lançou seu parecer (peça 23) e consignou:

"...

conclui pela legalidade e regularidade do procedimento licitatório e da formalização da Ata de Registro de Preços nº 003/2015 às fls.493/499, nos termos do artigo 59, inciso I, da Lei Complementar nº 160/2012, combinado com o artigo 120, incisos I, "a" e II, e artigo 122, incisos I, II e III, "a", ambos do regimento Interno aprovado pela Resolução Normativa n. 76, de 11 de dezembro de 2013.

..."

III – DO VOTO

Após a regular instrução processual, constata-se que a 6ª Inspetoria de Controle Externo e o Ministério Público de Contas apresentam posicionamento análogo acerca da regularidade e legalidade da matéria consignada nestes autos.

Compactuo com o entendimento exarado, em razão de que se encontram acostados aos presentes autos todos os documentos necessários à aprovação da Ata de Registro de Preços celebrada pela Defensoria Pública Geral do Estado de Mato Grosso do Sul, objetivando o registro de preços para eventual aquisição de acessórios, periféricos e demais equipamentos de apoio à área de informática e processamento de dados.

IV – A DECISÃO

VISTOS, relatados e discutidos os presentes autos, na 25ª Sessão Ordinária da **2ª**

Câmara do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul, proferida no dia 8 de dezembro de 2015, em conformidade com a ata de julgamento, por unanimidade de votos e acolhendo o parecer do Ministério Público de Contas, **ACORDAM,** os Senhores Conselheiros, nos termos do relatório e voto da Conselheira Relatora em:

1) Declarar REGULARES e LEGAIS o Procedimento Licitatório na modalidade de Pregão Presencial n. 004/2015 e a Ata de Registro de Preços n. 003/2015, celebrada pela Defensoria Pública Geral do Estado de Mato Grosso do Sul, nos termos do art. 120, inciso I, alínea a, da Resolução Normativa nº 76, de 11/12/2013 (Regimento Interno do TCE/MS);

2) Determinar a remessa dos autos à Inspetoria competente para permanecerem sobrestados até o final da vigência da Ata;

3) Comunicar o resultado do julgamento às autoridades administrativas competentes, nos termos do artigo 50 da Lei Complementar n. 160/2012.

V – Sob a Presidência do Excelentíssimo Senhor Conselheiro Iran Coelho das Neves e tomaram parte no julgamento a Excelentíssima Senhora Conselheira Marisa Joaquina Monteiro Serrano Relatora, Excelentíssimo Senhor Conselheiro Osmar Domingues Jeronymo. Presente o Representante do Ministério Público de Contas Excelentíssimo Senhor Procurador de Contas Dr. João Antônio de Oliveira Martins Júnior.

Campo Grande – MS, 14 de dezembro de 2015.

Conselheira Marisa Serrano

Relatora

mmm